



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços realizada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais, bem como em conformidade com a Resolução Municipal nº 002/2024, que regulamenta os procedimentos de pesquisa de preços no âmbito da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte – MT.

1 OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de inscrição(ões) na Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa, curso de extensão universitária com carga horária de 72 (setenta e duas) horas-aula, modalidade online ao vivo, promovido pelo Instituto Renata Cunha – Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda, com início previsto para março de 2026.

2. Período de realização da Pesquisa; 03 de Março de 2026

3 METODOLOGIA APLICADA: Considerando tratar-se de contratação por inexigibilidade de licitação, referente à inscrição em curso específico promovido por empresa organizadora exclusiva, o valor de referência foi aferido por meio de:

- () Média
- () Mediana
- () Menor preço
- (X) Preço praticado pelo fornecedor exclusivo

4 FONTES DE PESQUISA

A pesquisa de preços foi realizada com base:

- Na proposta comercial divulgada pela empresa promotora do curso;
- Na página oficial de divulgação do curso;
- No valor promocional vigente informado pela organizadora.

Nos termos do art. 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução Municipal nº 002/2024.

Fornecedor: Instituto Renata Cunha – Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda, CNPJ nº 33.925.782/0001-29

Objeto	Und	Qtde	Fornecedor	Val. Unit.	Val. Total
Inscrição na Formação Avançada em	Inscrição		Instituto Renata Cunha	R\$ 2.497,00	R\$ 2.497,00



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

Assessoria Jurídica e Legislativa — curso online ao vivo (72h)					
--	--	--	--	--	--

Observação: O valor original divulgado para o curso é de R\$ 3.997,00, sendo ofertado valor promocional de R\$ 2.497,00 para pagamento à vista ou conforme condições disponibilizadas pela organiza

5 ANÁLISE DA PESQUISA

Por se tratar de curso específico, com corpo docente determinado, metodologia própria e organização exclusiva da empresa promotora, não há possibilidade de comparação direta com outros fornecedores, caracterizando inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

O valor apresentado corresponde ao preço público praticado pela organizadora para inscrições individuais, estando compatível com cursos de extensão universitária voltados à capacitação técnica especializada na área legislativa.

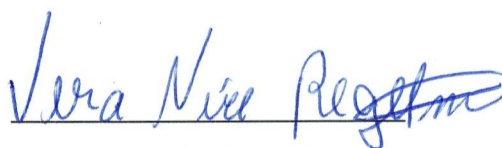
Assim, considera-se adequado o valor:

Preço de Referência unitário estimado	R\$ 2.497,00 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais)
Preço de Referência total estimado	R\$ 2.497,00 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais)

6 ANEXOS:

A documentação comprobatória que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

Gaúcha do Norte - MT, 04 de Março de 2026.


Vera Nice Schuck Regelmeier

ANEXOS;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

Ao Presidente da Câmara Municipal

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa

Qualificação Profissional para Procuradores Legislativos, Assessores Jurídicos, Consultores e equipes técnicas de Câmara Municipal

APRESENTAÇÃO DA PROPONENTE

O Novo Legislativo – Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda. é uma entidade especializada em formação e capacitação de agentes públicos, com foco na qualificação legislativa, planejamento orçamentário e desenvolvimento institucional. Atuamos em parceria com câmaras municipais para fortalecimento do Poder Legislativo, mediante oferta de programas de qualificação, mentoria e desenvolvimento técnico aplicados à realidade institucional.

SOBRE A FORMAÇÃO

O curso tem como objetivo qualificar Procuradores Legislativos, Assessores Jurídicos e demais servidores da área legislativa da Câmara Municipal, desenvolvendo todas as habilidades técnicas e políticas necessárias para exercer um assessoramento técnico-jurídico-parlamentar de excelência. Reunimos numa só formação todos os conhecimentos teóricos e práticos que a equipe técnica da Casa precisa para realizar as suas atividades profissionais com mais segurança, eficiência e praticidade. O curso é altamente resolutivo, composto por conteúdos 100% práticos, profundos e atualizados, englobando todas as áreas essenciais para o pleno funcionamento do Poder Legislativo. Cada módulo foi cuidadosamente pensado para atender às reais necessidades e desafios das Casas Legislativas de pequeno porte e com estrutura mais enxuta. Por meio de uma linguagem simples, clara e objetiva, a Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa tem como foco a resolução de problemas e a busca de soluções viáveis às demandas dos participantes, sendo um verdadeiro guia para os profissionais de bastidores que atuam junto ao Poder Legislativo, especialmente na assessoria técnica, jurídica e legislativa de Câmaras Municipais. A Formação é conduzida por Dr. Walter Bernegozzi Jr, Procurador Jurídico de carreira do Legislativo Municipal, com experiência de mais de três décadas em assessorias jurídicas especializadas ao Poder Legislativo.

 O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com



O NOVO LEGISLATIVO

MÓDULOS AO VIVO

Advocacia Pública no Poder Legislativo

Advocacia Pública Legislativa. História, origens, desafios contemporâneos. Advocacia Pública e Advocacia no Direito Público. Missões e o mercado de trabalho. Advocacia Pública Legislativa. Atribuições, prerrogativas, independência funcional, metodologia de trabalho, controle de jornada. Advocacia Pública Legislativa para além da técnica jurídica. Uma abordagem política da atuação da Advocacia Pública. Atuação preventiva e gestão de riscos (próprios e dos assistidos). Responsabilidade do Advogado Público Legislativo. Vencimentos do Procurador Legislativo. Duplo teto remuneratório? Processo Administrativo Disciplinar contra Advogados Públicos. Advogado público comissionado e de carreira. Atribuições. Vedações. Procurador Geral do Legislativo, Diretor Jurídico e o exercício da Advocacia privada. Atuação judicial do Procurador Legislativo. Personalidade Judiciária da Câmara de Vereadores. Prazos Processuais. Atuação em prol de agentes políticos municipais.

Atualização e Revisão da Lei Orgânica Municipal

Compatibilidade da Lei Orgânica Municipal com a Constituição Estadual, Constituição Federal e jurisprudência; Simetria constitucional. Conteúdos gerais e locais da Lei Orgânica Municipal. Processo legislativo de revisão da Lei Orgânica Municipal: Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Competência para revisar e atualizar a Lei Orgânica Municipal. Consequências ao município pela não atualização da LOM. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal. Participação da Sociedade no processo de Revisão da Lei Orgânica. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados na LOM.

Atualização e Revisão do Regimento Interno da Câmara

Função e importância do Regimento Interno da Câmara Municipal. Compatibilidade do Regimento Interno da Câmara com a Lei Orgânica do Município. Conteúdos do Regimento Interno. Elaborar um novo Regimento Interno ou alterar o regimento existente? Metodologia e processo legislativo de alteração do Regimento Interno. Consequências à Câmara Municipal e aos vereadores pela não atualização do Regimento. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização do Regimento Interno. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados no Regimento Interno. Impacto do Regimento Interno no funcionamento institucional do Poder Legislativo.

Subsídios, Diárias, Décimo Terceiro e Férias para agentes políticos municipais

Forma de remuneração de agentes políticos municipais. Competência para fixar os subsídios de agentes políticos municipais. Limites legais e



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

constitucionais para fixação dos subsídios. Subsídio do Prefeito e dos vereadores. Subsídio de vice-prefeito e dos secretários municipais. Espécie legislativa adequada para a fixação de subsídios dos agentes políticos municipais: Lei ou Resolução? Décimo-terceiro subsídio e adicional de férias para agentes políticos. Reajustes (perdas inflacionárias) e Revisão Geral Anual dos subsídios dos agentes políticos municipais: possibilidades. Redução dos Subsídios dos Vereadores. Verba de representação e Subsídio diferenciado do Presidente da Câmara. O que é e como fazer o impacto orçamentário-financeiro, para aumentar os subsídios. Modelos de minutas de projeto de lei ou resolução para fixação de subsídios. Décimo Terceiro Subsídio e Férias dos Agentes Políticos Municipais. Verbas Indenizatórias. Diárias. Verbas de Gabinete do Vereador. Tribunal de Contas x Poder Judiciário. entendimentos jurisprudências recentes sobre o tema. Diárias na Câmara de Vereadores: Regulamentação. Irregularidades e problemas mais comuns.

Processo de cassação de mandato e CPI na Câmara Municipal

Cassação de mandato de Prefeito e de vereador ("impeachment municipal"): Motivos que podem levar à cassação de um Prefeito ou Vereador: crimes e infrações político-administrativas. Desbravando o Decreto Lei 201 de 1967. Procedimentos e atos do Processo de Cassação de prefeitos e vereadores. Requisitos e prazos para a instauração do processo de cassação. Denúncia. Escolha dos integrantes da Comissão Processante. Eleição das funções (Presidência, Relatoria e membro). Procedimentos iniciais. Notificação do prefeito ou vereador acusado. Defesa prévia (prazos). Observância ao princípio do contraditório e ampla defesa. A produção de provas no processo de cassação. Testemunhas. Parecer Preliminar. Parecer Final. Alegações finais e encerramento do processo de cassação. Decisão (Julgamento) do Plenário. Consequências da Cassação: Afastamento definitivo do prefeito ou vereador cassado, realização de novas eleições e preenchimento de vagas no caso de cassação de vereador. Interferência do Poder Judiciário no processo de cassação e recursos possíveis. Análise de casos de cassação de prefeitos e vereadores. Discussão de questões polêmicas no processo de cassação. Previsão regimental. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. Processo de Destituição de membro da Mesa da Câmara Municipal: Procedimentos: da denúncia ao julgamento. Previsão regimental. Aplicação analógica do Decreto-Lei 201/67. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. CPI na Câmara Municipal: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara (Requisitos constitucionais). Princípios norteadores das Comissões Parlamentares de Inquérito. A CPI conforme os entendimentos jurisprudenciais recentes. Poderes. Objeto da investigação. Poderes e limites de atuação de uma CPI. Procedimentos e rito em âmbito municipal. Rito para a investigação no Regimento Interno da Câmara: instalação da comissão, coleta de provas, instrução. Oitiva de testemunhas. Condução coercitiva. Contraditório e ampla defesa. relatório final. Garantia ao investigado de ampla defesa e contraditório.

O NOVO LEGISLATIVO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

Publicidade dos atos da CPI. Orientações práticas para a investigação. Papel do assessor jurídico em CPIs. Sigilo das informações coletadas na investigação. Regulamentação da CPI no Regimento Interno.

Inteligência Artificial aplicada à Procuradoria Legislativa

Qual IA usar. Cadastro na plataforma. Oficina: Criação de Documentos jurídico-Legislativos (Oficina) por meio de Inteligência Artificial: Pareceres, Projetos de Lei, Mandados de Segurança, recursos, Requerimentos, Ofícios, Indicações, etc. Elaboração de resumo de vídeos, obras, artigos. Análise técnica e gramatical de documentos legais (proposições legislativa, pareceres jurídicos, contratos administrativos, editais de licitação etc). Criação de assistentes inteligentes. Elaboração de discursos e sustentações orais.

Mentoria de Tira-Dúvidas

Encontro extra, para discussão de tema livre, e esclarecimento de dúvidas.

MÓDULOS GRAVADOS

Processo de Julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal

Competência do TCE ou TCM. Processo de tomada e Prestação de contas do Executivo. Procedimentos e instrução do processo de tomada de contas no TCE. Defesa do Prefeito. As sanções e penalidades impostas ao Prefeito pelo TCE. Recursos previstos. O encaminhamento do Parecer Prévio do TCE à Câmara Municipal. O Processo de julgamento de Contas do Prefeito pela Câmara Municipal. Atuação da Comissão da Comissão de Finanças e Orçamento no processo de julgamento das contas do Prefeito. Elaboração do Parecer. A publicidade do Parecer Prévio do TCE. O princípio do contraditório e da ampla defesa no processo de julgamentos das contas do Prefeito. Elaboração do Decreto Legislativo (com resultado do julgamento). As consequências do julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal (inelegibilidade).

Processo Legislativo Orçamentário e Orçamento Impositivo em âmbito municipal (Emendas Impositivas)

Base legal do Processo Legislativo Orçamentário. Execução emendas impositivas em ano eleitoral. Vedações constitucionais. Receita corrente líquida conceito e previsão legal. Receita corrente líquida para fins de limites – LRF. Emendas parlamentares. Emendas parlamentares às leis orçamentárias. Compatibilidade entre as peças orçamentárias. Classificação quanto à indicação: emenda individual, emenda de bancada, emenda de bloco e emenda coletiva. Classificação quanto ao tipo de alteração: apropriação, remanejamento e cancelamento. Orçamento impositivo. Orçamento impositivo equitatividade das emendas. Emendas impositivas individuais. Emendas

O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

impositivas de bancada. Constitucionalidade das emendas impositivas de bancada. Check list: tópicos para incluir no regimento as emendas de bancada e equidade. Como identificar as ações na emenda. Beneficiários das emendas impositivas. Que tipo de emendas impositivas podem ser realizadas. Instrumentos de repasses de transferências. Lei 13.019, de 2018. Impedimentos técnicos das emendas impositivas. Análise das emendas e dos impedimentos. Prazos para correção impedimentos técnicos. Nova regra sobre impedimentos técnicos. Restos a pagar. O poder executivo pode limitar as emendas impositivas? Check list para incluir no regimento interno as emendas individuais. Acompanhamento das emendas. Jurisprudência sobre o tema. Noções sobre Estimativa de Impacto Financeiro-Orçamentário.

Gestão financeira da Câmara Municipal (Duodécimos) e Improbidade Administrativa

O que é e qual a finalidade do duodécimo. Previsão constitucional. Valor e Teto dos duodécimos. Base de cálculo para o limite do duodécimo. Receitas computadas. Queda e Aumento na arrecadação: há desconto ou aumento proporcional do duodécimo? Prazo máximo que o prefeito tem para repassar o duodécimo da câmara. Consequências para o Gestor se ele não repassar o Duodécimo na data limite, ou se repassar valores abaixo do estabelecido na lei. Como a Câmara deve proceder. Antecipação de duodécimo. Adiantamentos (Fundo Fixo de Caixa e Despesas de Viagens). A prefeitura pode repassar um valor inferior em um mês e compensar no mês subsequente? Obrigatoriedade da devolução do duodécimo não utilizado. Restos a pagar. Vincular a devolução do duodécimo a uma despesa específica: possibilidade. A devolução de recursos ao Executivo. Limite de despesas da câmara. Responsabilidade do Prefeito e do Presidente da Câmara quanto aos duodécimos. Controle das Contas Bancárias e Aplicações Financeiras. Improbidade Administrativa. A reforma na lei de improbidade administrativa. Conceito de improbidade administrativa. Sujeito ativo e passivo do ato de improbidade. Espécies de ato de improbidade. Diferenças entre infração funcional (administrativa), improbidade administrativa e crime contra a administração pública. Improbidade Administrativa praticada por membros do Legislativo. A violação aos princípios básicos e gerais da administração pública. Penas aplicáveis aos atos de improbidade. Noções de processo judicial de apuração do ato de improbidade administrativa. Prescrição do ato de improbidade. Nepotismo: Súmula Vinculante nº 13 do STF e o parentesco. Nepotismo cruzado com a Prefeitura. Casos práticos. Denúncia.

Controle de Constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais

Modalidades de controle preventivo no Processo Legislativo. Agentes de controle preventivo. Instrumentos de controle. Questões gerais sobre a atuação da área jurídica da Câmara Municipal. Representação da Câmara em juízo: Defesa, judicial ou extrajudicial dos interesses e direitos da Câmara, em ações diretas de inconstitucionalidade, mandados de segurança, ações populares e

O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

quaisquer outras ações em que a Câmara seja parte (autora, ré, interveniente ou, por qualquer forma, interessada).

A atuação da assessoria jurídica em processos administrativos internos (PAD e Sindicância).

Orientação e Pareceres em sindicâncias e processos administrativos de natureza disciplinar instauradas pela Presidência. Regime disciplinar: Condução e atuação em Comissões de Sindicância e Comissões Processantes disciplinares (PAD) instauradas na Câmara Municipal (processo administrativo disciplinar).

Ministrante convidado: Dr. Fabrício Colombo

Atuação do Controle Interno no Legislativo Municipal

Estrutura Organizacional da Câmara Municipal, Unidades Gerenciais da Câmara. Controle Interno: Conceito, Sistema de Controle Interno Municipal, Vínculo do Controlador. Características do Controlador. Fundamentação Legal do Sistema de Controle Interno: Lei Nº 4.320/64, Fundamentação Constitucional, Fundamentos do Sistema de Controle Interno, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e o Controle Interno. Macros funções do Controle Interno. Linhas de Defesa (Lei nº 14.133/2021)

Curso Prático de Implantação da Nova Lei de Licitações e contratos na Câmara Municipal

Atuação do assessor jurídico em Licitações e Contratos da Câmara Municipal. Orientação, Análise dos Editais de Licitação da Casa. Emissão de Pareceres sobre: processos licitatórios da Câmara, dispensa ou inexigibilidade de licitação, contratos firmados pela Presidência, prorrogação contratual, e em outros atos de natureza jurídica. Aspectos relevantes da Nova Lei de Licitações para as contratações da Câmara Municipal. Limite de Gastos com os Vereadores. Limite de Gastos com a Folha de Pagamento do Legislativo. Limite de Gastos com Pessoal do Legislativo.

Ministrante convidado: Dr. Carlos Bredariol

Condutas Vedadas a agentes públicos em ano eleitoral

Condutas vedadas aos agentes públicos pela legislação eleitoral vigente (Lei nº 9.504/97). O que é circunscrição do pleito; Vedações do art. 73 da Lei Eleitoral: utilização de bens móveis e imóveis, materiais e serviços: o que é permitido, o que é proibido; distribuição gratuita de bens e serviços: uniformes escolares, cestas básicas, transporte de pacientes, etc; programas sociais: continuidade ou implementação; nomeação, contratação, exoneração de servidores públicos; realização de concurso público e nomeação de candidatos aprovados: regra geral e exceções; concessão de reajuste salarial e revisão geral da remuneração; elaboração ou reestruturação de plano de carreira dos servidores; concessão ou supressão de benefícios e vantagens aos servidores



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

quaisquer outras ações em que a Câmara seja parte (autora, ré, interveniente ou, por qualquer forma, interessada).

A atuação da assessoria jurídica em processos administrativos internos (PAD e Sindicância).

Orientação e Pareceres em sindicâncias e processos administrativos de natureza disciplinar instauradas pela Presidência. Regime disciplinar: Condução e atuação em Comissões de Sindicância e Comissões Processantes disciplinares (PAD) instauradas na Câmara Municipal (processo administrativo disciplinar).

Ministrante convidado: Dr. Fabrício Colombo

Atuação do Controle Interno no Legislativo Municipal

Estrutura Organizacional da Câmara Municipal, Unidades Gerenciais da Câmara. Controle Interno: Conceito, Sistema de Controle Interno Municipal, Vínculo do Controlador. Características do Controlador. Fundamentação Legal do Sistema de Controle Interno: Lei Nº 4.320/64, Fundamentação Constitucional, Fundamentos do Sistema de Controle Interno, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e o Controle Interno. Macros funções do Controle Interno. Linhas de Defesa (Lei nº 14.133/2021)

Curso Prático de Implantação da Nova Lei de Licitações e contratos na Câmara Municipal

Atuação do assessor jurídico em Licitações e Contratos da Câmara Municipal. Orientação, Análise dos Editais de Licitação da Casa. Emissão de Pareceres sobre: processos licitatórios da Câmara, dispensa ou inexigibilidade de licitação, contratos firmados pela Presidência, prorrogação contratual, e em outros atos de natureza jurídica. Aspectos relevantes da Nova Lei de Licitações para as contratações da Câmara Municipal. Limite de Gastos com os Vereadores. Limite de Gastos com a Folha de Pagamento do Legislativo. Limite de Gastos com Pessoal do Legislativo.

Ministrante convidado: Dr. Carlos Bredariol

Condutas Vedadas a agentes públicos em ano eleitoral

Condutas vedadas aos agentes públicos pela legislação eleitoral vigente (Lei nº 9.504/97). O que é circunscrição do pleito; Vedações do art. 73 da Lei Eleitoral: utilização de bens móveis e imóveis, materiais e serviços: o que é permitido, o que é proibido; distribuição gratuita de bens e serviços: uniformes escolares, cestas básicas, transporte de pacientes, etc; programas sociais: continuidade ou implementação; nomeação, contratação, exoneração de servidores públicos; realização de concurso público e nomeação de candidatos aprovados: regra geral e exceções; concessão de reajuste salarial e revisão geral da remuneração; elaboração ou reestruturação de plano de carreira dos servidores; concessão ou supressão de benefícios e vantagens aos servidores

O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

4. **Ouvidoria do Legislativo e Canal de Denúncias**
Estruturação de canal formal com triagem, encaminhamentos, confidencialidade, proteção contra retaliação e relatórios periódicos.
5. **Política de Prevenção a Nepotismo e Conflito de Interesses**
Rotinas de verificação, declarações, registro formal e procedimentos para tratar casos sensíveis, reduzindo risco de responsabilização.
6. **Regulamentação de Diárias e Adiantamentos**
Critérios objetivos, limites, documentação, prestação de contas e transparência — área clássica de apontamento de Tribunal de Contas.
7. **Política Institucional de Uso de Inteligência Artificial**
Regras de uso responsável: validação humana, proteção de dados, rastreabilidade de fontes, limites de automação e protocolos de revisão.
8. **Emendas Impositivas (LOM, LDO, LOA e normas internas)**
Arquitetura normativa completa: percentuais, equidade, prazos, impedimentos técnicos, correções, restos a pagar e mecanismos de acompanhamento e conformidade com o padrão federal de transparência ativa e rastreabilidade exigido para a execução das emendas a partir de 2026 (ADPF 854/DF e art. 163-A da CF).
9. **Procedimento “blindado” de Julgamento das Contas do Prefeito**
Rito com contraditório real, publicidade, motivação e segurança formal — do recebimento do parecer prévio ao ato conclusivo de julgamento.
10. **Código de Ética e Decoro Parlamentar (implantação efetiva)**
Tipificação e rito disciplinar com garantias processuais, fases claras, sanções proporcionais e modelos de peças para atuação segura.
11. **Audiências Públicas e Consultas Populares com método**
Regras para convocação, participação, registro, transparência e devolutivas — participação social séria, não “evento”.
12. **Procuradoria da Mulher**
Criação e funcionamento com competências legítimas, fluxos de acolhimento e encaminhamento e articulação com a rede de proteção, sem invadir atribuições do Executivo.
13. **Escola do Legislativo**
Estruturação institucional: ato de criação, governança, plano anual, regras de cursos, parcerias e prestação de contas.
14. **Conselho Participativo vinculado à Câmara (participação social na fiscalização do município)**
Modelo consultivo e transparente, com regras de composição,



O NOVO LEGISLATIVO

prevenção de captura e forma correta de encaminhar recomendações e achados.

15. Programa Legislativo de Defesa do Consumidor ("PROCON Legislativo" no modelo correto)

Estrutura de recepção de demandas, audiências, relatórios e encaminhamentos aos órgãos competentes, promovendo agenda legislativa de proteção do consumidor sem criar "órgão executivo paralelo"

16. Comissão de eficácia legislativa

Comissão que tem por objetivo exclusivo fiscalizar a correta aplicação da lei municipal, realizar denúncias etc

Plano de Ação: Execução dos projetos

O participante sairá das aulas teóricas com a estratégia completa de implementação das ações que forem relevantes para a sua instituição, e com todos os projetos prontos e aptos a começar a tramitar (se for o caso), podendo ser executados imediatamente na Casa Legislativa. Todas as minutas normativas serão entregues aos alunos prontas e editáveis, e são acompanhadas das respectivas justificativas fundamentadas, checklists e fluxos operacionais. Todos os projetos e programas propostos acima foram integralmente escritos e estruturados pelo professor Dr. Walter Bernegozzi. Com essas iniciativas, será possível transformar boas ideias em projetos institucionais juridicamente seguros, viáveis, consistentes e compatíveis com a realidade das pequenas Casas Legislativas.

Modernização, Segurança Jurídica, Produtividade e Eficiência institucional

Com a implementação de alguns desses Projetos e Programas institucionais no Legislativo Municipal, o Presidente da Casa poderá:

- reduzir imprevistos na tomada de decisão,
- conferir segurança jurídica na criação e implementação desses projetos e programas,
- prevenir vícios e nulidades,
- estruturar rotinas administrativas duráveis, capazes de subsistir às mudanças e transições de gestão sem perda de eficiência,
- realizar melhorias concretas e mudanças institucionais significativas no âmbito do Legislativo Municipal,
- promover a modernização de processos da Câmara Municipal,
- aumentar a eficiência administrativa e a produtividade do Poder Legislativo
- fortalecer a governança da Casa Legislativa,
- deixar importantes legados da sua gestão.



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

PROFESSORES TITULARES DA FORMAÇÃO

Dr. Walter Bernegozzi Jr, Renata Cunha e professores convidados.

Dr. Walter Bernegozzi

Advogado desde 1997, Assessor Jurídico de carreira da Câmara Municipal desde 2010, Especialista em Direito Público Municipal e Direito Processual Civil, Membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex-Presidente da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex- Coordenador Regional da Escola Superior da Advocacia - MS, Professor Universitário por mais de 15 anos em cursos de Graduação em Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pós-Graduação. Especialista em Processo Legislativo e Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Renata Cunha

Servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina há mais de 13 anos, atuando na Diretoria Legislativa da ALESC. Renata Cunha ministra palestras e cursos (presenciais e online) para vereadores e servidores de Câmaras Municipais. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pós-graduada em Gestão Pública e Políticas Sociais. Especialista em Processo Legislativo e Regimento Interno de Casas Legislativas.

SUPORTE AO ALUNO E ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO

O curso dispõe de assessoramento do início ao final da formação enquanto durarem as aulas ao vivo. Os professores ficam à disposição no grupo exclusivo de alunos no Whatsapp para esclarecimento de dúvidas e orientações personalizadas aos casos concretos, garantindo uma experiência de aprendizado completa e altamente resolutiva.

COMUNIDADE DE ALUNOS

A turma é formada por profissionais da área jurídica e legislativa de diversos lugares do país, o que permite intensa troca de informações, aprendizagem e parcerias entre os participantes.

MODALIDADE

Curso Online (AO VIVO)

O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com

O NOVO LEGISLATIVO

COMO FUNCIONA O CURSO?

Encontros quinzenais ao Vivo por meio da Plataforma de videoconferência Zoom;

Aulas gravadas disponíveis para acesso imediato na Plataforma Hotmart.

Suporte de tira-dúvidas no grupo exclusivo de alunos (Whatsapp).

METODOLOGIA DE TRABALHO APLICADA NA FORMAÇÃO

- Abordagem dinâmica e interativa: aulas expositivas e dialogadas.
- Fundamentos teóricos aliados à análise de situações práticas e casos reais.
- Conteúdos atualizados, conectados às necessidades das Casas Legislativas de pequeno porte, com ênfase na resolução de problemas e busca de soluções viáveis às demandas dos alunos.
- Material de apoio com jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores.
- Laboratório de Implementações de Projetos e Programas institucionais no Legislativo Municipal (com Minutas prontas e editáveis)
- assessoramento e orientações diárias aos participantes, no grupo exclusivo de alunos (Whatsapp).

ACOMPANHAMENTO E SUPORTE DIÁRIO AO ALUNO

Do início ao final da formação, os participantes receberão orientações personalizadas às suas demandas concretas, e poderão esclarecer suas dúvidas por meio do grupo exclusivo de alunos no whatsapp, onde ocorrem debates diários sobre os desafios cotidianos dos profissionais do Legislativo.

FERRAMENTAS DE TRABALHO PARA O ASSESSOR JURÍDICO

Todos os módulos vêm acompanhados de JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

Em todas as aulas, apresentamos os julgados mais recentes dos Tribunais Superiores relativos a cada tema estudado no curso, criteriosamente selecionados pelos nossos professores, para o servidor consultar sempre que precisar, garantindo uma atuação segura e eficaz.

 O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com



O NOVO LEGISLATIVO

CARGA HORÁRIA E CERTIFICAÇÃO

Certificado de 75 horas-aula

Certificado de extensão universitária, com reconhecimento pelo MEC* (Opcional)

**Certificação emitida mediante pagamento de taxa adicional no valor de R\$350,00.*

O certificado será emitido em formato digital em até 30 dias após o término do curso.

DURAÇÃO DO CURSO E ACESSO ÀS AULAS

Acesso ilimitado à gravação de todas as aulas por 01 ano

Havendo interesse em revisar as discussões ou se o aluno perder algum encontro ao vivo, todas as gravações das aulas ao vivo e materiais ficam disponíveis aos participantes pelo período de 12 meses (01 ano), na Plataforma da Hotmart, a contar da data de inscrição.

PERIODICIDADE DAS AULAS AO VIVO

Encontros quinzenais, das 19h às 22h (horário de Brasília)

**Consulte o cronograma*

FORMA DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação, conforme preconiza o Art. 74, III, f, da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21).

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 74. **É inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de **natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br

Cnpj: 33.925.782/0001-29

São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com



O NOVO LEGISLATIVO

INVESTIMENTO

- ☒ De: ~~3.997,90~~ (Três mil novecentos e noventa e sete reais)
☐ Por: **R\$ 2.497,00** (Dois mil quatrocentos e noventa e sete reais)

1.500 reais de desconto

Oferta especial de Lançamento por tempo limitado

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

À vista (PIX ou Boleto Bancário)

Para emissão de empenho, solicite os documentos da empresa pelo WhatsApp (48)99928-4712.

A inscrição e participação nas aulas é confirmada mediante pagamento de boleto gerado (hotmart Ebanx - plataforma de curso online). O empenho devidamente assinado pode ser encaminhado para o WhatsApp (48)99928-4712, ou para o e-mail contato@institutorenatacunha.com.br

ACESSO PESSOAL E INTRANSFERÍVEL

O acesso é individual, sendo restrito apenas ao titular do curso (aluno inscrito). O aluno não deve repassar para ninguém os materiais do curso, links do grupo, documentos compartilhados, convites para as aulas no Zoom, acesso à gravações, etc. Nossa equipe controlará os acessos e, identificando fraude nessa regra, o responsável será removido do curso, sem direito a reembolso do pagamento.

GARANTIA EM CASO DE DESISTÊNCIA

Caso o participante queira desistir, poderá solicitar o reembolso total do valor em até 15 dias da data da inscrição.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO

Telefone 01: (48)99928-4712 (whatsapp)
Telefone 02: (48) 99206-1432
E-mail: contato@institutorenatacunha.com.br



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT
E-mail: camaragnt@hotmail.com



O NOVO LEGISLATIVO

DADOS PARA EMISSÃO DO EMPENHO

Razão Social: Instituto Renata Cunha - Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda
Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 407, Campinas, São José/SC - Sala 1201.
Cep: 88101-020
CNPJ: 33.925.782/0001-29
Inscrição Estadual: Isento
Inscrição Municipal: 9029139

Respeitosamente,

Everton Teixeira Ferreira
Sócio Administrador

São José/SC, fevereiro de 2026



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br
Cnpj: 33.925.782/0001-29
São José-SC